

# POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DO PRONATEC NO IF SUDESTE MG / CAMPUS MURIAÉ

*Professional Education Policies:  
analysis of Pronatec in the Southeast IF MG / Campus Muriaé*

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro<sup>1</sup>

MARI, Cezar Luiz de<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado já concluída, que buscou analisar a implantação do Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no IF Sudeste MG - Campus Muriaé e a percepção dos intelectuais que protagonizaram o programa, no período de 2012 a 2016. Para além do que está posto, considera-se que é na atuação dos profissionais que está a chave para o desenvolvimento da política, podendo colaborar ou não para a manutenção dos interesses hegemônicos. Metodologicamente foi utilizado: a pesquisa bibliográfica, a análise documental da Resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012, que estabelece a regulamentação para execução do PRONATEC, os relatórios do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), o documento referência da Bolsa Formação Trabalhador, o guia de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) do PRONATEC e entrevistas realizadas com nove servidores efetivos, do Campus Muriaé, que atuaram no programa por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough. Como referência de análise principal utilizou-se Gramsci (2001) para guarida nos conceitos de educação, intelectuais e hegemonia. Concluiu-se, dentre outras coisas, que as políticas do PRONATEC, estudadas no campus Muriaé, parecem ter seus objetivos muito mais em necessidades de reprodução das racionalidades do capitalismo-empresariado que propriamente nas necessidades de formação profissional sólida e permanente dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. PRONATEC. Intelectuais.

## ABSTRACT

This work refers to an already completed master's degree research that sought to analyze the implantation of the Program for the Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) in the IF Southeast MG - Campus Muriaé and the perceptions of the intellectuals who led the program in the period from 2012 to 2016. In addition to what is set, it considers that it is in the professionals' performance is the key to the development of the policy, and may or may not contribute to the maintenance of hegemonic interests. Methodologically used: the bibliographic research, the documentary analysis of Resolution CD / FNDE Nº. 04 of March 16, 2012, which establishes the regulations for the execution of PRONATEC, the reports of the National System of Information of Vocational and Technological Education - SISTEC, The Worker Training Grant, the PRONATEC FIC course guide and interviews with professionals who worked on the program at Muriaé Campus through Fairclough's Critical Discourse Analysis (ADC). As a reference of the main analysis it was used Gramsci (2001) as a guide of the concepts of education, intellectuals and hegemony. It was concluded, among other things, that PRONATEC policies studied at Muriaé campus seem to have much more objectives in terms of reproducing the rationalities of corporate capitalism than in the needs of permanent and solid professional training of workers.

**Keywords:** Professional Education. PRONATEC. Intellectuals.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (2017). Possui especialização em Supervisão, Orientação e Inspeção. Graduada em Matemática, Física e Pedagogia. Atualmente é Servidora Pública Federal, técnica educacional lotada na Coordenação Geral de Assistência ao Educando, no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé. E-mail: <lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br>.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2006). Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa - UFV, e do Programa de Pós-Graduação em Educação nas áreas de Política Educacional, Ciência Política e Educação. E-mail: <cezar.demari@ufv.br>.

## INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, emergiu como resposta a propalada demanda de qualificação de mão de obra; numa conjuntura que vem se constituindo no Brasil desde a década de 1990, sendo caracterizada pela reorganização do Estado e pela adesão ao neoliberalismo.

A discussão do sistema capitalista, bem como das bases materiais de produção e as relações sociais que se estabelecem nesse contexto, são fundamentais para a compreensão do atual cenário educacional e para a análise das políticas públicas de formação profissional.

A partir de análises já desenvolvidas por autores como Lima (2012), Grabowski (2013), Mathias (2015), Guimarães (2013a, 2013b e 2014) e Queiroz (2015), o PRONATEC se assenta na perspectiva de uma formação unilateral para o mercado de trabalho, por meio de propostas de formação aligeirada, para quem possui baixa escolaridade e está em busca de um emprego.

Uma educação voltada para o atendimento a uma única dimensão, que é o mercado, limita o processo educativo e o coloca como ferramenta útil a um suposto desenvolvimento econômico. Entretanto, como assinala Frigotto (2010, p. 192), “uma ‘meia educação’ torna-se amplamente funcional e produtiva para a estabilidade do sistema social em geral”, ou seja, uma proposta de educação utilitarista e pragmática somente visa atender às necessidades, que se pode chamar de secundárias do sistema produtivo, sendo indispensável, no entanto, à função de conformação dos trabalhadores.

Considerando o grau de competitividade e as poucas vagas de emprego existentes, o que se fomenta ideologicamente com as políticas de formação profissional aligeiradas é a empregabilidade que, dentro dessa lógica, deixa de ser obrigação do Estado e passa a ser de responsabilidade do indivíduo, a capacidade de mudar sua condição social.

O discurso da empregabilidade é algo que tem se perpetuado nas políticas de qualificação profissional, desde a década de 1990 aos dias atuais; ou seja, “os programas têm o efeito de manter a expectativa de trabalhar, fazer crer no esforço individual, no seu fracasso e de diminuir a busca do emprego” (FALEIROS, 2009, p. 193). Dessa forma, a falta de empregos se justifica apenas pela incapacidade do indivíduo de não se adequar às novas exigências de mercado, levando-o a constante busca por capacitação para adquirir o status de apto ao exercício do trabalho.

Ao apontar para a notoriedade que o PRONATEC ganhou desde a sua criação, como uma importante política de qualificação profissional que agrega dentre esta outras ações,<sup>3</sup> este estudo buscou analisar a implantação do PRONATEC no IF Sudeste MG - Campus

---

<sup>3</sup> Conforme o site do Ministério da Educação (MEC, 2016), dentre o conjunto de ações desenvolvidas pelo PRONATEC, destacam-se: a) A expansão da rede federal iniciada em 2005, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a implantação de campus de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos diversos estados brasileiros; b) A Rede E-Tec Brasil que viabiliza a educação profissional à distância (EAD); c) O Programa Brasil Profissionalizado, instituído com o Decreto nº 6.302/2007; d) FIES Técnico e FIES Empresa; e) Acordo de Gratuidade com o Sistema S: instituído através do decreto nº 6.633/2008, no segundo mandato do governo Lula (2007-2010); f) A Bolsa-Formação Estudante e a Bolsa-Formação Trabalhador são consideradas a inovação do PRONATEC.

Muriaé, identificando seu papel no campo das políticas de formação profissional. Este estudo foi acompanhado pela análise de documentos como: a Resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012, que estabelece a regulamentação para execução do PRONATEC; relatórios do SISTEC; documento referência da Bolsa Formação Trabalhador; o guia de cursos FIC do PRONATEC e nos discursos dos profissionais que atuaram no PRONATEC no Campus Muriaé, no período de 2012 a 2016. Para a análise das entrevistas seguiu-se os procedimentos metodológicos da Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough (2001), uma vez que esse método possibilitou reconhecer nas falas dos entrevistados as relações hegemônicas presentes nos contextos políticos e educacionais, nas quais a escola está sujeita na sociedade capitalista.

Assim, este artigo foi organizado em três partes: a primeira trazendo algumas análises já realizadas por outros autores do PRONATEC, seguida da análise do PRONATEC no Campus Muriaé. A partir dos dados da pesquisa e das entrevistas, algumas considerações foram realizadas. Foram indicadas algumas questões conclusivas, tais como: as políticas do PRONATEC parecem conter seus objetivos fora de si mesmos, ou seja, na realização muito mais de objetivos externos aos trabalhadores do que a eles propriamente; foi possível observar no IF de Muriaé que quando as políticas são bem implementadas e acompanhadas de corpo docente, técnicos administrativos qualificados e infraestrutura, é possível fazer alguns pequenos avanços. Mas nada substitui políticas de longo prazo, articuladoras da formação técnica e humana e com fundamentos sólidos no campo da educação e do trabalho.

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica; a análise documental da Resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012, que estabelece a regulamentação para execução do PRONATEC; os relatórios do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC); o documento referência da Bolsa Formação Trabalhador; o guia de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) do PRONATEC e entrevistas semiestruturadas, realizadas com nove servidores efetivos, do Campus Muriaé, que atuaram no Programa por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001).

Com o objetivo de melhor compreender a implantação do PRONATEC no Campus Muriaé, realizou-se entrevistas com os profissionais que atuaram/atua nos cursos do PRONATEC, já que eles possuem papel relevante enquanto intelectuais que tanto podem colaborar para a manutenção ou a transformação das proposições dos grupos dominantes e; tendo em vista o papel dos intelectuais no desenvolvimento de propostas contra-hegemônicas, dada a relativa autonomia que esses profissionais possuem para o desenvolvimento de práticas que fazem a diferença para os grupos menos favorecidos. A categoria intelectual foi tratada na acepção de Gramsci (2001), buscando compreender como os grupos sociais historicamente criam seus intelectuais, cuja função é dar unidade às ideias de um determinado tempo. Mesmo que todos sejam intelectuais, “mas nem todos os homens tem na sociedade a função intelectual” (GRAMSCI, 2001, p. 18) compreende-se que há uma “elasticidade” no conceito quando Gramsci informa que o exercício e a função de intelectuais estão presentes em todos os grupos,

todo homem fora de sua profissão desenvolve alguma atividade qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2001, p.53).

Compreende-se que os intelectuais nessa acepção moderna estão incorporados em todos os campos do trabalho atual, exercendo consensos e dissensos na medida em que organizam as ideias para a adaptação ou para a crítica das formas históricas vividas. Desse modo, os intelectuais medeiam as relações hegemônicas aproximando as ações de uma crítica mais determinante do sistema ou, então, colaborando com a acomodação dos trabalhadores às demandas que o sistema solicita.

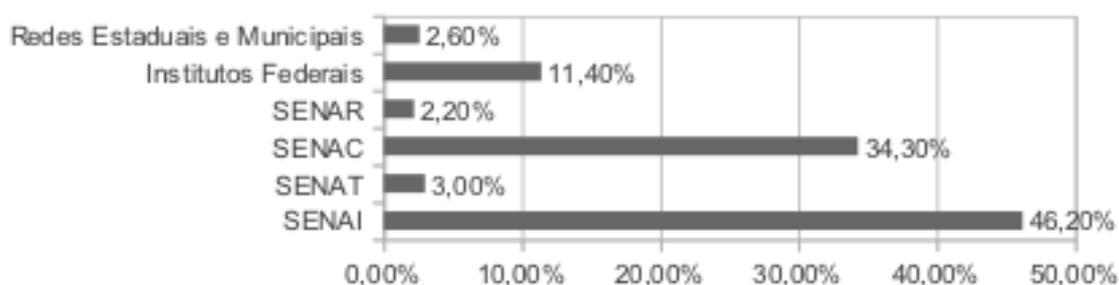
Foram entrevistados gestores do Programa, supervisores de curso, orientador e docentes que atuaram em cursos e períodos distintos entre 2012 a 2016. Os profissionais entrevistados são servidores efetivos do IF Sudeste MG - Campus Muriaé. Dos nove entrevistados, cinco são docentes nos outros cursos e modalidades (Técnica, Técnica Integrada ao Ensino Médio e Superior) existentes no Campus e os outros quatro são técnicos administrativos.

## O PRONATEC EM FOCO

Antes de abordar o PRONATEC no Campus Muriaé é necessário que se faça algumas considerações. Conforme o site do Ministério da Educação (MEC, 2016) o PRONATEC contou com 6,6 milhões de matrículas nos cursos de qualificação profissional no período de 2011-2015, o que representou a modalidade de maior oferta de cursos por meio da Bolsa-Formação e a prioridade aos cursos de menor duração. Dentre essas vagas, o Sistema S<sup>4</sup> liderou a oferta de cursos FIC, como podemos perceber no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Ofertantes do PRONATEC**

Cursos de qualificação profissional (2011 – 2015)



Fonte: <<https://bit.ly/2UOubM5>>.

Como já apontado por pesquisadores como Grabowski (2013) e Godoi (2014), as parcerias público-privadas estabelecidas pelo Programa e sua ênfase na dualidade estrutural do ensino são marcas muito evidentes no PRONATEC, como percebemos no

<sup>4</sup> Compõem o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Disponível em: <<https://bit.ly/2CewVvc>>. Acesso em: 10 set. 2016.

Gráfico 1. A privatização dessa formação, assim como sua fragmentação, vêm sendo muito criticadas por esses e outros pesquisadores da área educacional, como sendo um projeto que não resolve o problema de formação de mão de obra e nem colabora para o aumento da escolaridade dos trabalhadores, uma vez que o foco do PRONATEC vem sendo os cursos de curta duração.

O PRONATEC é uma política pública que não é ofertada apenas por agentes públicos, mas também pelo Sistema S, que acaba, muitas vezes, sendo protagonista da oferta do PRONATEC. Para esses agentes do mercado, isso significa uma política muito interessante, porque ela supõe um aporte financeiro e governamental para atender as demandas do mercado, ou seja, é uma política que tira a responsabilidade dos empresários com o gasto e o investimento para a formação de mão de obra.

O subsídio público de Programas de educação como o PRONATEC, que detém hoje participação preponderante sobre a formação do trabalhador, tem se tornado objeto de disputa pelo Sistema S e pelos donos de empresas. Segundo Godoi (2014, p. 123), a relação público-privada que se estabelece nas legislações do PRONATEC deixa claro essa intenção:

[...] o PRONATEC não foi elaborado para ser um programa em que o governo, através do Ministério da Educação (MEC), se posicione como ator principal no processo de efetivação da política, pois desde sua finalidade até seus objetivos, ele pontua a sua função de coadjuvante. Ele implanta uma política e se oferece para ser apenas parceiro.

Para Nascimento e Cruz (2016, p. 2),

[...] o repasse de recursos públicos para o setor privado para a promoção de políticas de formação para o mercado de trabalho beneficia duplamente este setor, por um lado porque forma mão de obra para os interesses do capital, por outro porque drena recursos públicos para a manutenção de seus interesses.

A destinação de recursos públicos para a instância privada representa a prioridade que o governo vem dando às instituições privadas, ao passo que deixa de investir nas escolas públicas brasileiras e nos afasta cada vez mais da democratização do ensino, que apesar de apregoada pelo PRONATEC não se efetiva.

Para Gramsci (2001, p. 49), “a multiplicação de tipos de escola profissional faz nascer a impressão de uma tendência democrática” quando na realidade, o foco é o atendimento a práticas imediatas, como os interesses do mercado, para o apassivamento e adaptação dos grupos menos favorecidos à ordem vigente, em detrimento de uma educação desinteressada e de qualidade.

Daí a importância de analisar outras dimensões do PRONATEC, a fim de reconhecer, também, as relações hegemônicas presentes nos contextos políticos e educacionais.

## **O PRONATEC NO IF SUDESTE MG / CAMPUS MURIAÉ**

Nesta seção, realizou-se uma contextualização da Instituição pesquisada, o IF Sudeste MG / Campus Muriaé e uma caracterização dos cursos que aconteceram no PRONATEC, no período de 2012 a 2016.

O Campus Muriaé faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal, que no âmbito da Lei nº 11.892/ 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Como parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais,<sup>5</sup> o Campus Muriaé foi criado em 2010, por meio da parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, atual IF Sudeste MG / Campus Rio Pomba.

Além dos cursos ofertados pelo PRONATEC, o Campus Muriaé conta com outras modalidades de ensino, possuindo, atualmente, três cursos técnicos integrados ao ensino médio: Agroecologia, Eletrotécnica e Informática; dois cursos técnicos concomitantes ao ensino médio: Eletromecânica e Meio Ambiente; um curso técnico subsequente ao ensino médio: Secretariado; e dois cursos superiores: Bacharelado em Administração e Tecnólogo em Design de Moda. Além desses cursos presenciais, tem oferta de cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Já pelo PRONATEC, houve ofertas apenas dos cursos na modalidade FIC, através da Bolsa Formação Trabalhador, que se destina a oferta de cursos de qualificação profissional para pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. Em ambos os casos, tanto na bolsa formação estudante quanto na bolsa formação trabalhador, os beneficiários têm direito à gratuidade dos cursos e a assistência estudantil que abrange o auxílio a alimentação, ao transporte e a todos os materiais escolares necessários que possibilitem posterior inserção profissional dos beneficiários (BRASIL, 2012).

A Bolsa Formação Trabalhador possui como público-alvo os beneficiários do seguro-desemprego e dos Programas de inclusão produtiva do Governo Federal através de cursos de, no mínimo, 160 horas; e a Bolsa Formação Estudante que visa ao atendimento de estudantes do ensino médio, de escolas públicas, por meio da oferta de cursos técnicos com, no mínimo, 800 horas.

O PRONATEC, apesar de ser ofertado no Campus Muriaé, possui seus próprios documentos norteadores, sistema de matrícula, professores e profissionais que são selecionados por meio de edital (apoio acadêmico administrativo para a realização das matrículas, das atividades de registro inerentes à secretaria e outras atividades administrativas afins; supervisores de cursos para acompanhamento e suporte acadêmico aos professores e à organização dos cursos; orientador para acompanhamento dos alunos e atendimento aos professores atuantes no programa).

No ano de 2012, as atividades referentes ao PRONATEC foram iniciadas na sede do Campus Muriaé, por meio da oferta de seis cursos FIC, no total de 185 vagas; 266 vagas em 2013; 200 vagas em 2014; 90 vagas em 2015; e 60 vagas em 2016. De acordo com os relatórios do SISTEC, o total de vagas ofertadas no período analisado, entre 2012 a 2016, foi de 801 vagas em cursos FIC, conforme pode-se verificar no Quadro 1.

---

<sup>5</sup> Fazem parte do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais: Campus Muriaé, Campus Rio Pomba, Campus Barbacena, Campus Juiz de Fora, Campus São João Del Rei, Campus Santos Dumont, Campus Manhuaçu, Campus Avançado Bom Sucesso, Campus Avançado Cataguases e Campus Avançado Ubá.

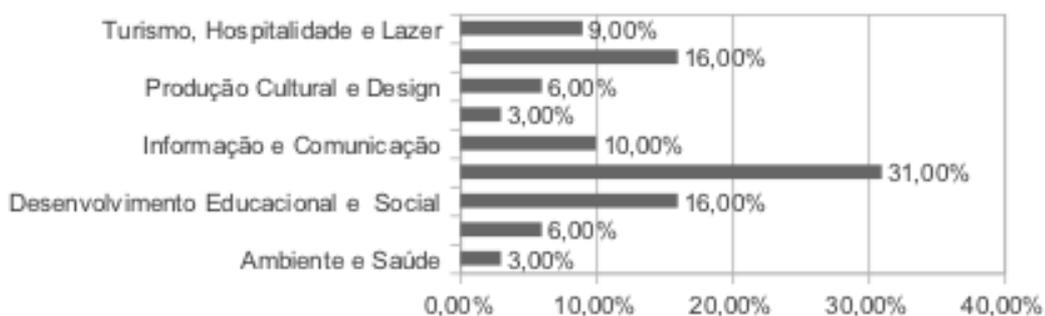
**Quadro 1 - Número de Cursos e Vagas ofertadas.**  
Período de 2012 a 2016

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Número de Cursos	06	11	08	04	03	32
Número de Vagas	185	266	200	90	60	801

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da pesquisa.

A partir desses dados, foi possível observar um aumento de aproximadamente 44% do número de vagas do início do programa em 2012 para o ano seguinte, 2013, demonstrando serem os anos de 2013 e 2014 o ponto mais alto de oferta dos cursos, que veio diminuindo progressivamente nos anos de 2015 a 2016. Foram ofertados, nesse período, cursos nas áreas de Gestão e Negócios; Desenvolvimento Educacional e Social; Recursos Naturais; Produção Cultural e Design; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação e Infraestrutura/Controle e Processos Industriais, como se visualiza no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Demonstrativo de oferta dos cursos por eixo tecnológico no Campus Muriaé.**  
Período 2012-2016



Fonte: Elaborado pelos autores

A maior parte desses cursos mantém relação com os cursos regulares e tal fato se deve à facilidade de organizar a oferta com o uso dos laboratórios existentes e por poder contar com os profissionais efetivos da instituição.

Outra característica dos cursos ofertados, foi a prevalência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como demandante dos cursos – aproximadamente, 70%.

O objetivo da parceria entre MDS e MEC, segundo documento referência da Bolsa Formação Trabalhador (2012), é criar oportunidades para que as pessoas inscritas no CAD Único possam se qualificar profissionalmente, levando a perceber que o PRONATEC, assim como outras políticas das Gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), possui um viés de continuidade ao controle da extrema pobreza e inclusão social dos beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal.

Dentre os objetivos específicos da Bolsa Formação Trabalhador, constantes no Documento Referência (BRASIL, 2012), destaca-se o papel dos cursos FIC como instrumentos para aproximação entre o mundo do trabalho e uma educação profissional e tecnológica voltada para o desenvolvimento profissional, a inclusão e o exercício da cidadania.

Dada a ênfase nos documentos analisados no discurso da inclusão, problematizou-se ainda a que tipo de inclusão o Programa se refere, visto que todos estão incluídos na sociedade do capital. A questão é como estão incluídos, já que conforme Silva (2002), as relações de exclusão e exploração fazem parte dessa sociedade que necessita de todos para sobreviver e nesse jogo precisa do Estado que mantém sob controle, por meio das políticas sociais, mesmo que ideologicamente, uma inclusão factível.

Para Kuenzer (2006), a oferta de uma qualificação precarizada presente nas políticas de qualificação profissional, em detrimento de uma formação mais geral, só tende a reforçar o dualismo educacional e excluir cada vez mais os pobres que dela dependem para se inserirem no mercado de trabalho. Corroborando com o pensamento de Kuenzer, Oliveira (2015, p. 258) assinala que

o privilegiamento de uma formação mais pragmática, em detrimento de uma formação mais complexa, é proposital. Semelhantemente a outros programas governamentais, busca-se a mínima formação necessária para esses trabalhadores inserirem-se no mercado de trabalho, de forma a suprir as necessidades do capital para a realização de tarefas de pouca complexidade, mas fundamentais ao processo geral de produção capitalista e de acumulação do capital.

Dessa forma, restringir a formação dos trabalhadores a uma formação limitada, inclusive para o mercado de trabalho, como se verifica no PRONATEC, por meio dos cursos aligeirados e desvinculados da elevação de escolaridade, evidencia a manutenção da tendência dualista na formação técnica e tecnológica.

A prioridade para os cursos aligeirados, conforme Kuenzer (1999, p. 137), deve-se ao fato de que “não há justificativa para altos investimentos públicos nos níveis mais elevados de educação, tampouco na formação profissional, para postos de trabalho que não existem”.

Para Nascimento e Cruz (2016), ainda que o PRONATEC favoreça parte da população em vulnerabilidade, o principal beneficiado é o setor privado pelo repasse de recursos públicos e pela possibilidade de gestão da formação profissional conforme o interesse do capital.

Nesse sentido, pode-se compreender que o papel das políticas sociais que se voltam ao campo da formação profissional, por meio da educação, é tanto questionável quanto contraditório, portanto, objeto de constante reflexão.

## **PERCEPÇÕES ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC NO CAMPUS MURIAÉ**

Por meio das entrevistas, depreendeu-se que nenhum tipo de capacitação inicial precedeu a implantação do programa e, como apontado pelos entrevistados, as informações não pareciam tão claras nem no âmbito do Ministério da Educação, tendo em vista que os textos e normas referentes ao PRONATEC, desde a aprovação da Lei nº

12.513/2011, foram se modificando para atender cada vez mais um maior número de ações. Dessa forma, para os profissionais entrevistados, o conhecimento sobre o programa pautou-se mais na troca de experiências com coordenações do PRONATEC de outros campi, com a coordenação geral e nas legislações existentes na época. A celeridade assistida, desde a sua aprovação ao desenvolvimento do programa, colaborou para que este fosse colocado em andamento, ainda com suas ações parcialmente previstas; o que evidencia lacunas no processo de organização inicial, demonstrando maior preocupação com aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos, o que se comprova através da sua rápida expansão e número de matrículas efetivadas em um curto espaço de tempo.

De acordo com Santos (2012) “toda política educacional possui intencionalidade. Esta pode ser explícita ou implícita, mas está sempre ligada ao projeto de poder que a fundamenta”.

No caso do PRONATEC, essas intencionalidades estão implícitas no discurso da necessidade de qualificação profissional. Conforme Nascimento e Cruz (2016, p. 9), “fazem parte de um conjunto de orientações do Banco Mundial para que a Educação Profissional fosse gerida por empregadores e outros financiadores privados interessados, abrindo espaço para a privatização”. Isso leva a falsa impressão de que as demandas sociais estão sendo atendidas, quando na realidade, as intenções implícitas estão imbricadas à hegemonia dos grupos mais favorecidos.

Cassiolato e Garcia (2014) descrevem bem o caminho de tramitação do Projeto de Lei nº 1.209/2011 – PL do PRONATEC, cuja finalidade era dar continuidade à expansão da educação profissional. O documento foi encaminhado pela então presidente Dilma Rousseff à Câmara dos Deputados, em 28 de abril de 2011, e após leitura em plenário foi repassado às comissões de trabalho, em caráter de urgência. O cenário era favorável à sua aprovação, uma vez que este estava na esteira de outras leis de ampliação ao acesso à educação profissional (expansão da rede federal que teve início em 2005) e já encontrava certo consenso nacional produzido pela mídia quanto à necessidade de se ofertar cursos profissionalizantes gratuitos aos trabalhadores e estudantes pobres.

O PRONATEC, apesar de ter sido criado no governo Dilma Rousseff em 2011, é fruto de um conjunto de ações que vinham sendo tratadas nos discursos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, desde 2003, propondo a retomada do crescimento econômico e o investimento para superar a escassez de mão de obra qualificada; o compromisso com a inclusão de segmentos marginalizados da sociedade e o fortalecimento do mundo do trabalho. Os dois governos, cuja atuação nos últimos 13 anos baseou-se num discurso democrático popular, tiveram como característica predominante os diversos programas sociais, voltados ao atendimento dos setores mais pobres da população. Entretanto, para Vaz (2013), a forma de gestão para o combate à pobreza no Governo Lula da Silva não resolveu o problema da má distribuição de renda no país, mas colabora para a construção de consensos e ideologias. Assim,

o fio condutor da política social do Governo Lula promove a coesão em torno de seu governo. No conceito de pobreza, disseminado tanto pelo governo quanto pelo BM [Banco Mundial], defende-se que o sujeito deve se auto-responsabilizar por seu eventual fracasso ou sucesso. No primeiro caso, a saída sugerida é o desenvolvimento do espírito empreendedor por meio do qual o sujeito teria boas condições de existência alcançadas. (VAZ, 2013, p. 129)

Todavia, percebe-se também a continuidade desse fio condutor no PRONATEC, cuja inclusão produtiva da população em extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, também inclui ações de incentivo ao empreendedorismo individual por meio dos cursos de qualificação.

Os direcionamentos de Organismos Internacionais, como o Banco Mundial, ocorrem desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e vêm se concretizando por meio de reformas e profundas mudanças no âmbito econômico, educacional e social. Nos dois mandatos do Governo Lula, apesar de algumas mudanças, como nos aponta Freitas (2007), o que permanece, no entanto, é a manutenção da política neoliberal.

No Governo Dilma Rousseff também não foi diferente, já que sua linha de atuação pautou-se na continuidade do Governo anterior, do mesmo partido. As condicionalidades impostas pelo Banco Mundial têm sido acatadas pelos governos brasileiros e efetivadas, por meio das inúmeras políticas que foram criadas, como o Programa Fome Zero, Bolsa Família e outros; mas que continuaram a manter o país nas mesmas condições de desigualdade. Para Freitas (2007), a opção por um modelo assistencialista, focalizado, em oposição a princípios universalistas, constituiu o equívoco de ambos os governos.

No rol das políticas focalizadas, o PRONATEC, apesar de esboçar um projeto que busca a inclusão dos grupos menos favorecidos por meio da educação, cria condições de repasses de recursos públicos à instância privada, por meio das parcerias público-privadas, ao invés de fortalecer e consolidar uma educação pública e de qualidade para todos. Para Nascimento e Cruz (2016, p.5), “essa perspectiva de oferta da Educação, [...] resulta na expansão de instituições privadas mediante a realização de programas para um público de baixa renda com o dinheiro público”.

A urgência da efetivação do Programa, desde a celeridade na sua aprovação, colaborou para que ele fosse colocado em andamento, ainda com suas ações parcialmente previstas, o que evidencia lacunas no processo de organização inicial, como se verifica na fala das Gestoras do PRONATEC no Campus Muriaé:

O que compreendi sobre o programa foi por conta de estudos sobre a legislação, trocas de informações entre os demais coordenadores adjuntos e a coordenação geral, pela vivência ao longo do funcionamento dos primeiros cursos, um pouco de “achismo” (Gestora A).

Não houve uma capacitação específica, no meu caso. Ingressei no Pronatec, no Campus Muriaé e recebi as orientações e conhecimento sobre o programa através da experiência da gestora A (Gestora B).

Percebe-se que o PRONATEC, assim como outras políticas sociais, foi muito divulgado e iniciado sem estar totalmente desenhado, demonstrando, que

o batismo dos programas e o *timing* de seu lançamento são decididos em outras esferas que não aquelas em determinado assunto; os especialistas são chamados depois do lançamento, para ajustar e viabilizar o que já ganhou existência virtual na mídia e no cenário político (CAMPOS, 2003, p. 184).

Levantou-se também, por meio das entrevistas, alguns elementos sobre a implantação do PRONATEC no Campus Muriaé e as possíveis dificuldades encontradas para o êxito do programa. Para a Gestora A,

as dificuldades se deram por conta da falta de conhecimento do programa, pela incompatibilidade entre as resoluções do PRONATEC e as orientações legais de funcionamento

do IF, principalmente no que se referia a questões trabalhistas e às questões das compras e demais gastos [...] a coordenação geral do PRONATEC na reitoria também tinha muitas dificuldades porque junto ao Ministério da Educação, as informações também estavam bastante confusas, ou seja, o programa não estava totalmente desenhado e foi colocado em andamento antes da previsão de todos os seus aspectos (Gestora A).

Dessa forma, pôde-se identificar que as informações não estavam claras e as pessoas envolvidas também não detinham todo o conhecimento necessário, sendo que a maior preocupação foi não ferir os princípios legais. Por outro lado, o orientador do programa apresentou outra percepção:

O PRONATEC veio em um bom momento, onde as portas foram literalmente abertas à população Muriaeense. O IF passou então a ser mais visto e mais conhecido. Os docentes e técnicos administrativos do instituto tiveram então a oportunidade de atuarem, seja como docentes ou atuando na parte administrativa do programa (Orientador).

Analisando a fala acima pode-se entender que o “bom momento” diz respeito ao reconhecimento da existência do Instituto Federal em Muriaé, embora o público do PRONATEC não fosse o mesmo público-alvo dos cursos regulares do Campus Muriaé. Já a proposição dos cursos foi delimitada, conforme as gestoras, pela capacidade de oferta do Campus.

[...] a oferta de cursos foi montada, dentro dos cursos indicados no catálogo de cursos do PRONATEC, conforme a nossa capacidade de oferecê-los (Gestora A).

[...] a comunidade, no que tange aos beneficiários do programa, não é ouvida. Temos a discussão na comunidade acadêmica, com as diretorias da unidade de ensino e profissionais da educação das Prefeituras (Gestora B).

As falas acima deixam claro que a oferta dos cursos parte, em primeiro lugar, da condição de infraestrutura e de pessoal dos ofertantes, conforme articulação entre as diretorias das instâncias envolvidas. Dessa forma, nota-se a exclusão do público-alvo do Programa na proposição dos cursos, o que por sua vez desequilibra a balança das necessidades sociais em prol das necessidades do capital.

Quanto à contratação dos profissionais para atuação no programa observe a fala abaixo:

A legislação inicial previa o convite para os profissionais do programa dentro do Campus, então convidamos aqueles cujas áreas de ensino ofereciam viabilidade mínima para desenvolver determinados cursos. Posteriormente, a resolução foi alterada e foi colocada a exigência de edital de seleção para professores, coordenadores e supervisores. As pessoas participaram do edital e a partir daí se montou a equipe de profissionais do Campus Muriaé para lecionar as disciplinas (Gestora A).

De 2012 a 2016, os cursos continuaram funcionando da mesma forma, desde a implantação. As ofertas de vagas eram em áreas compatíveis com laboratórios disponíveis e os profissionais sempre contratados temporariamente, como bolsistas, por meio de edital com validade de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano. A contratação não gera vínculo empregatício, pois é realizada por meio de bolsas destinadas aos profissionais, sendo as bolsas pagas por hora trabalhada.

Todas as atividades do PRONATEC, ou seja, ministrar aulas, efetivação de matrículas, acompanhamento dos beneficiários e outras atividades administrativas e burocráticas são desenvolvidas por bolsistas e, conforme art. 9, parágrafo 3º da Lei nº 12513/2011,

não geram vínculo empregatício. Sendo assim, o valor<sup>6</sup> recebido pelo bolsista incide sobre as horas trabalhadas. Para Lima (2012, p. 11), isso demonstra que “a precarização não se dá apenas na formação aligeirada, mas inclusive na contratação dos profissionais que irão ministrar os cursos”, fazendo com que a atuação no programa seja vista como uma possibilidade profissional secundária e incerta.

Outras questões também foram levantadas a partir das falas dos docentes entrevistados. Para o docente C,

As dificuldades são nesse sentido [...] quais sujeitos estão envolvidos na elaboração dos cursos: prefeitura, conseqüentemente seus parceiros, alguns deles vinculados a indústria, comércio local e o instituto como ofertante [...] Esse horizonte de partida aí já é uma dificuldade que eu considero extremamente importante, afinal de contas se a educação que a gente vai ofertar já vem previamente formatada de alguma maneira para atender uma demanda extremamente específica, conseqüentemente nós enquanto escola, enquanto docentes, vamos enfrentar uma primeira dificuldade básica que é realmente [...] estar problematizando a realidade daqueles alunos, afinal de contas [...] não é essa problematização que os demandantes querem ver oferecidas pelo instituto. É uma dificuldade de fundo, mais do que uma dificuldade propriamente operacional (Docente C).

Dessa forma, percebe-se que a proposição dos cursos não se vincula, necessariamente, ao atendimento dos arranjos produtivos locais e nem aos interesses dos estudantes, tendo em vista que não há por parte do PRONATEC Campus Muriaé nenhum estudo sobre a demanda local e a integração da comunidade para a escolha dos cursos a serem ofertados. Tais fatores frustram até mesmo a perspectiva inicial de se conseguir um emprego através do curso.

De acordo com as falas dos profissionais que atuaram no PRONATEC, a baixa carga horária, a heterogeneidade das turmas e a falta do conhecimento prévio dos estudantes são justificativas apontadas para a não inclusão no mercado de trabalho. Portanto, remetendo a ideia de culpabilização do indivíduo pelo seu próprio fracasso.

Acho pouco provável que um indivíduo adquira um conhecimento minimamente sólido, que permita seu ingresso no mercado de trabalho com poucas horas de capacitação [...] ao mesmo tempo entendo que o programa é emergencial, com o objetivo de fazer uma rápida inclusão no mercado de trabalho [...] dependendo do curso, provavelmente isto seja até possível, outros acho perda de tempo [...] (Supervisor A).

Observei que o público nem sempre é o apropriado para o conteúdo do curso. Dessa forma muitos dos alunos não tinham uma base para realização do mesmo. Isso dificulta para o professor, pois precisa, primeiramente, fazer um nivelamento para só então fazer a inserção do conteúdo proposto (Docente D).

Em outras palavras, nota-se que o papel dos intelectuais entrevistados está mais relacionado ao grupo a que se associam (conservadores) do que ao grupo com o qual trabalham ou para o qual deveriam exercer suas atividades intelectuais, no sentido da emancipação. Essa ideia está na fala do orientador:

Em geral a carga horária de cada uma das disciplinas é baixa. Esse fato acentua-se ainda mais

---

<sup>6</sup> As funções desempenhadas por servidores no âmbito do PRONATEC devem ocorrer em jornadas diferentes de sua jornada regular de trabalho. O pagamento dos profissionais servidores que atuaram no PRONATEC foi estabelecido pelo art. 5º da Resolução CD/FNDE nº 04 de 16/03/12 que varia de acordo com a função exercida: I - Coordenador-geral: R\$ 50,00 (cinquenta reais por hora); II - Coordenador-adjunto: R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais por hora); III - Supervisor de curso: R\$36,00 (trinta e seis reais por hora); IV- Professor: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hora (60 minutos)de aula, em conformidade com as cargas horárias dos cursos; V - Apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R\$ 18,00 (dezoito reais por hora); VI – Orientador: R\$ 36,00 (trinta e seis reais por hora).

quando nos deparamos com turmas onde há alunos que deixaram as escolas há muito tempo e que possuem uma baixa escolaridade. Geralmente esses alunos têm dificuldades em acompanhar o processo e muitas vezes fazem com que o ritmo da disciplina com a turma caia, fazendo com que sua ementa não seja cumprida no curto espaço de tempo a ela destinada. Em turmas um pouco mais homogêneas e com alunos que ainda estão cursando o ensino médio ou o concluíram há pouco tempo as disciplinas conseguem se desenvolver melhor, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, porém são raros estes casos (Orientador).

No entanto, alerta Gramsci (2001, p.18):

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.

De acordo com o pensamento político do autor não é possível distinguirmos as atividades intelectuais das essenciais, das diversas atividades exercidas por outros grupos. Isso porque “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 2001, p 18).

No entanto, na visão de alguns profissionais que atuaram no PRONATEC no Campus Muriaé, há uma conformação e a reprodução (consciente ou inconsciente) do pensamento hegemônico.

Na minha visão, o programa tem o objetivo de levar qualificação a um número elevado de pessoas, portanto a preocupação maior é o quantitativo e não necessariamente a qualidade dos cursos oferecidos. (Docente D)

Sempre pensei o PRONATEC como uma política para capacitar e qualificar mão de obra para assumir determinados setores no mercado de trabalho e, com isso, incluir aqueles que estão excluídos de vários espaços e lugares físicos, sociais, econômicos, culturais etc. (Docente E)

O PRONATEC dá uma visão sobre aquela profissão ou atividade aos seus beneficiários, se houver afinidade, ele poderá desenvolver-se, mas com esforços próprios. (Supervisor A)

Os discursos são embasados em valores como a meritocracia, esforços individuais, e igualdade de oportunidades como sendo ideais para justificar as contradições que permeiam tais políticas. A tese da culpabilização dos estudantes em termos de qualificação de base ou que não se esforçaram o suficiente para mudarem sua condição social é sempre levantada, sem uma análise mais aprofundada de outros elementos que são determinantes para a desigualdade social, a exclusão e a pobreza.

Assim, ratifica-se o discurso salvacionista da educação, como se ela por si só fosse o agente principal da transformação social e relega-se ao campo individual a condição de pobreza por responsabilidade dos indivíduos. Para Vaz (2013, p.129),

a Educação tem assumido, progressivamente, papel importante como estratégia política para a redução da pobreza, de maneira que deriva para a assistência social e recupera a ideia “salvacionista” e “redentora”. Por seu intermédio, o pobre poderá sair da situação de pobreza, aumentará sua produtividade, terá maiores oportunidades, romperá com o círculo intrageracional da pobreza.

Não obstante, a ideia salvacionista da educação para alavancar o desenvolvimento do país como ilusoriamente é proposta por meio da formação profissional, apresenta-se como um mecanismo que exige a discussão e as contradições do sistema capitalista.

Todavia, algumas experiências positivas foram apontadas por profissionais que atuaram no programa. O PRONATEC CAMPO,<sup>7</sup> no Campus Muriaé, conforme verificado por Bezerra (2015, p.120), demonstrou ter sido uma forma de viabilizar projetos que já vinham sendo planejados pelo “Núcleo de Estudos em Agroecologia e as entidades ligadas à agricultura familiar na região”, por meio de cursos FIC voltados para a população do campo. As ações de extensão desenvolvidas por esse grupo fizeram com que surgissem demandas que puderam se efetivar por meio dos cursos e subsídios do PRONATEC.

Assim, os cursos desse programa oportunizaram ao público rural o contato com laboratórios e profissionais qualificados, que foram diferenciais em suas trajetórias escolares.

Se a educação tem seu potencial emancipador, o contrário também é possível, pois nem só de conteúdos e regras vivem as escolas, mas de intelectuais que podem fazer de suas intervenções armas preciosas para a tomada de consciência ou manutenção da ordem, dentro da perspectiva do “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2001, p. 267).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se através da pesquisa que não há por parte do PRONATEC, no Campus Muriaé, um estudo que trate da necessidade de atendimento aos arranjos produtivos locais. Da mesma forma, o programa não prevê ações de continuidades de acompanhamento aos concluintes dos cursos ou mesmo durante o tempo de formação que esteja vinculada a elevação de escolaridade.

Concluiu-se também que o estabelecimento de repasses públicos às instâncias privadas para efetivação do PRONATEC demonstrou a participação permanente do empresariado na implantação e gestão dessa política.

Para além das discussões e defesa a respeito da permanência dos recursos públicos para as instituições públicas, há que se considerar a união de duas realidades distintas: de um lado, o público das camadas populares (os vulnerabilizados), de outro o universo acadêmico do IF Sudeste MG – Campus Muriaé. Ao adentrarem o novo ambiente de ensino, os beneficiários do programa têm a oportunidade de conhecer uma realidade distinta do cotidiano imediato em que vivem. Isso de uma forma ou de outra pode contribuir para percepção de possibilidades futuras (rupturas com as distâncias dos espaços sociais até então intransponíveis).

Observou-se também que a formação aligeirada e fragmentada proposta pelo PRONATEC tende a favorecer a inculcação da ideologia da empregabilidade e a desoneração do Estado com a educação, fazendo migrar para o campo individual a responsabilidade pela formação dos trabalhadores.

---

<sup>7</sup> O Pronatec Campo integra o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação (MEC) e faz parte do Pronatec. O Pronacampo visa oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo [...] o objetivo é formar agricultores em universidades e em cursos técnicos para que apliquem os conhecimentos adquiridos em ações que elevam a produtividade nas pequenas propriedades e garantir a distribuição de renda. Disponível em: <<https://bit.ly/2QTNioT>> Acesso em: 10 jun. 2016.

Entretanto, ainda que os cursos sejam demandados e pré-formatados pelo empresariado, consideramos que a relativa autonomia dada aos profissionais que atuaram no PRONATEC, para elaboração e desenvolvimento dos planos de cursos, permite aos profissionais, enquanto intelectuais, instituírem práticas de ensino que ampliem as possibilidades de apropriação dos conhecimentos propostos aos educandos.

O capitalismo interfere muito na educação e no processo de democratização do ensino, uma vez que este sustenta em suas bases a divisão das classes sociais e se reproduz tanto pela difusão dos consensos que visam manter a hegemonia da classe dominante e o consentimento dos grupos subalternos, quanto pela incapacidade dos diversos profissionais em apresentarem novas alternativas ou práticas contra hegemônicas que se sobreponham ao modelo societário vigente.

Tendo em vista as diversas reformas educacionais em curso e a continuação do PRONATEC, atualmente por meio do MEDIOTECH, cujas propostas visam apenas a formação para o mercado de trabalho e a inculcação da empregabilidade, pode-se salientar a importância desses programas serem constantemente analisados para que se possa entender as contradições presentes nesses projetos de hegemonia do capital.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Fábio Aparecido Martins. **A educação profissional e tecnológica como eixo de desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2015.

BRASIL. **Documento Referência para Bolsa Formação Trabalhador no Âmbito do PRONATEC**. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2PjAGCV>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2RYzJC1>>. Acesso em: 02 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em: <<https://bit.ly/2GoTPQF>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

BRASIL. MEC. **Guia PRONATEC de Cursos FIC**. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/catalogos>>. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. MEC. **Pronatec**. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL. MEC. **Resolução CD/FNDE n.4**, de 16 de mar.2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2RDGN6O>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p. 183-191, set./dez. 2003.

CASSIOLATO, Maria Martha; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Instituto de Pesquisa Econômica. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Textos para discussão nº 1919. Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro. 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 65-74, 2007

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GODOI, Janete. **A Relação Público-Privado no Ensino Médio Profissionalizante sob a Luz da Lei 12.513 de 2011**

**que institui o PRONATEC.** 2014. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2AV62dl>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

GRABOWSKI, Gabriel. Entrevista - Um Pronatec a curto prazo. In: **Carta Capital**. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/um-pronatec-a-curto-prazo>>. Acesso em: 06 out. 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Cátia. Educar para o setor produtivo. **EPSJV/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013a. Disponível em: <<https://bit.ly/2S93gsY>>. Acesso em: 19 set. 2016.

GUIMARÃES, Cátia. Pronatec: qualificação e trabalho sob demanda. **EPSJV/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2013b. Disponível em: <<https://bit.ly/2PBN953>>. Acesso em: 19 set. 2016.

GUIMARÃES, Cátia. Capital financeiro avança sobre a educação profissional. **EPSJV/FioCruz**, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2CejUlk>>. Acesso em: 18 set. 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETI, Celso João; JÚNIOR, João dos Reis Silva; SALES, Maria Rita N. Sales (Orgs). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, 2006.

LIMA, Marcos Ricardo de. **PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista**. [S.l.: s.n., 2012]. Disponível em: <<https://bit.ly/2QuYxVz>> Acesso em: 14 set. 2016.

MATHIAS, Maíra. **Educar para a produtividade ou para a emancipação**. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2Sy0soH>> Acesso em: 10 out. 2016.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do. CRUZ Rosângela Evangelista da. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, 2016.

QUEIROZ, Mariana Ribeiro Cardoso. **A Formação Profissional no Brasil: análise dos discursos sobre o Pronatec**. 2015. 138p. Dissertação (Mestrado em Educação). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2015.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia Prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: Fapesp, 2002.

**Data da submissão:** 21/09/2017

**Data da aprovação:** 14/03/2018